

HABEAS CORPUS Nº 493.074 - RS (2019/0040340-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : GELSON LUIS DA COSTA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GELSON LUIS DA COSTA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Agravo em Execução n. 70079596912).

Depreende-se dos autos que o Juízo das Execuções da Comarca de Ijuí/RS homologou o PAD n. 093/2016 para reconhecer o cometimento de falta grave - porte de instrumento proibido, desacato e ameaça - pelo paciente, bem como alterou a data-base para o dia do cometimento da falta e determinou a perda de 1/3 dos dias remidos (e-STJ fls. 76/78).

Irresignado, o paciente, assistido pela Defensoria Pública estadual, interpôs agravo em execução perante a Corte local, suscitando a nulidade do PAD, o não reconhecimento da falta grave e seus consectários legais.

O TJ-RS, por sua 2ª Câmara Criminal, negou provimento ao recurso defensivo, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 132):

AGRAVO EM EXECUÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO PAD AFASTADA. MANTIDO O RECONHECIMENTO DA FALTA GRAVE E, CONSEQUENTEMENTE, A APLICAÇÃO DOS CONSECTÁRIOS LEGAIS.

Preliminar. Incabível a alegação do nulidade do PAD em razão de as testemunhas terem sido ouvidas sem a presença do apenado. Entendo que não houve prejuízo algum para o agravante, uma vez que presente seu defensor em todas as

solenidades.

Mérito. O art. 50, incisos III e VI, da Lei do Execução Penal, preceitua, de forma clara, que 'possuir, indevidamente, instrumento capaz do ofender a integridade física de outrem' e 'inobservar os deveres previstos nos incisos II e V. do art. 39, desta Lei', caracteriza falta grave. Assim, considerando o teor e a conclusão do PAD, entendo configurada a falta grave. Saliento, ainda, que o reconhecimento do cometimento de tal falta tem como consequência legal a alteração da data-base, apenas para futura progressão do regime, e a perda dos dias remidos. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO.

Na presente impetração, a defesa insiste na nulidade do procedimento administrativo disciplinar, visto que a oitiva dos agentes penitenciários, na condição de testemunhas, foi realizada sem a presença do apenado.

Assim, sustenta que, pelo fato de não presenciar os depoimentos dos agentes, o apenado não pôde exercer seu direito de defesa, bem como intervir na formação da prova.

Ressalta que a alteração da data-base para a concessão de benefícios, neste caso, foi ilegal e injustificável, porquanto não há na legislação previsão para essa alteração, quando não há condenação por prática de crime posterior ao início da execução da pena.

Por fim, aduz que a perda em 1/3 dos dias remidos foi decretada sem qualquer fundamentação pelo Magistrado e, também, corroborada pelo Tribunal de origem, deixando de observar a excepcionalidade da medida e a fundamentação exigida por dispositivo constitucional.

Requer, liminarmente, seja determinada a suspensão do decisum até o julgamento definitivo deste *habeas corpus*; no mérito, seja concedida a ordem para cassar o acórdão ora impugnado.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência. Ademais, observo que este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que "*O cometimento de falta grave pelo apenado (a) importa na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena; (b) autoriza a regressão de regime e (c) a revogação de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP)*" (HC 410.801/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 16/10/2017).

Dessa forma, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos.

Ademais, a medida antecipatória postulada praticamente confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruído o feito, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator